

## **A ÉTICA DA RESPONSABILIDADE E A EDUCAÇÃO UMA REFLEXÃO A PARTIR PENSAMENTO DE HANS JONAS**

*Juliano Peroza*

### **Resumo:**

Este artigo pretende apresentar uma reflexão sobre os fundamentos da ética da responsabilidade do filósofo alemão Hans Jonas, especificamente a partir da sua concepção de heurística do temor e o campo educacional. A reflexão objetiva apresentar a formulação dos imperativos da ética jonasiana, bem como compreender a expressão heurística do temor a fim de interpretar a contribuição do seu significado com algumas proposições reflexivas para contribuir com as discussões sobre ética, responsabilidade e a ação educativa. A metodologia da pesquisa é basicamente de cunho bibliográfico e documental. Discute-se que a educação pode assumir essa tarefa de produção intencional da representação desta imagem do temor que ainda não foi experimentado, de modo que a mesma traduza em aspectos pedagógicos seus reais propósitos para problematizar conjunturas, fomentar decisões e rupturas, e também estimular que a consciência da responsabilidade seja partilhada socialmente. Essa representação pode partir de exemplos de fatos e eventos acontecidos que prefiguram a prospecção deste *malum* em escala global, mas também de iniciativas e compromissos que sinalizam os princípios heurísticos do cuidado e da prevenção com o futuro do planeta.

**Palavras-chave:** Ética da Responsabilidade; Heurística do Temor; Educação.

### **Introdução**

Ao longo dos séculos, muito se tem debatido no âmbito filosófico e educacional sobre as dimensões da ética e suas implicações no que se refere à fundamentação axiológica do bem comum. Desde a antiguidade até os dias atuais, renovam-se os esforços para explicitar uma reflexão criteriosa dos fundamentos da moral e das possibilidades de encontrar princípios válidos universalmente que possam ser assumidos, ou aprendidos por todos os seres humanos tanto no plano individual, quanto no plano social.

O fato de considerar o caráter contínuo desta tarefa através dos tempos demonstra que os pensadores da ética sempre se deparam com novas questões e problemas para repensar a ação humana no horizonte da justiça ou da construção de um lugar melhor possível para a vida humana. Neste sentido, uma primeira definição de ética deve necessariamente circunstanciar o seu caráter histórico:

A ética depara com uma experiência histórico-social no terreno da moral, ou seja, com uma série de práticas morais já em vigor e, partindo delas, procura determinar a essência da moral, ou seja, sua origem, suas condições objetivas e subjetivas do ato moral, as fontes da avaliação moral, a natureza e a função dos juízos morais, os critérios de justificação destes juízos e o princípio que rege a mudança e a sucessão de diferentes sistemas morais. A ética é a teoria ou ciência do comportamento moral dos homens em sociedade (VAZQUES, 2013, 23).

Propor que a experiência histórico-social seja a base para a reflexão da ética não significa admitir seu caráter relativo, ou seja, que varie de acordo com o tempo e o espaço. Isso colocaria em questão sua pretensão de universalidade. Pelo contrário, esta afirmação implica em considerar que as mudanças sociais, econômicas, políticas, culturais, tecnológicas, entre outras, também são critérios que orientam os rumos da reflexão ética diante de novos contextos.

É com base nesta perspectiva que as ideias do filósofo alemão Hans Jonas (2006) têm instigado o pensamento ético contemporâneo a rever seus pressupostos à luz dos novos problemas que surgiram a partir das proporções gigantescas dos avanços técnicos e científicos. Os limites apresentados por aquilo que Jonas denomina de “civilização tecnológica” demonstram que a especificidade dos impasses de nosso tempo exige que entrem em pauta questões até então ignoradas ou colocadas em segundo plano devido à ausência de perigos que nos séculos passados jamais poderiam ser compreendidos como uma ameaça. Isto é, trata-se de constatar que chegamos ao ponto de colocar em risco a continuidade da vida no planeta por causa do potencial destruidor que adquirimos com o avanço da ciência e da tecnologia.

Portanto, a obra **O Princípio Responsabilidade**: ensaio de uma ética para civilização tecnológica (JONAS, 2006) se apresenta como uma contundente tentativa de refletir criticamente a nossa própria condição, bem como, serve de base para lançar luzes sobre suas consequências na esfera educacional.

Nesse artigo, que a princípio tem um caráter de ensaio sobre o tema proposto, pretende-se desdobrar a reflexão em três momentos: 1) a crítica jonasiana à ética antropocêntrica, em especial à reflexão kantiana, e a formulação de um novo imperativo para os novos tempos; 2) o conceito de heurística do temor, no qual o autor justifica a necessidade da previsão futura de mal prognóstico sobre o bom, de se assumir em primeiro lugar o risco iminente da tragédia, antes de prospectar a busca coletiva da felicidade; 3) e, por fim, será tecido um diálogo sobre a heurística do temor e os fundamentos para uma prática educativa ética e responsável, de modo que se possa

interpretar a heurística do temor a partir da representação imagética de temas contemporâneos que ilustrem e demonstrem as consequências das irresponsabilidades em catástrofes – temor – sociais e ambientais, bem como de temas que revelem o caráter inventivo – heurístico – de iniciativas e atitudes locais e globais que traduzem o sentido da ética responsável defendida por Hans Jonas.

### **1. Hans Jonas, a crítica ao caráter antropocêntrico da ética tradicional e a formulação de um novo imperativo para uma ética do futuro.**

O filósofo alemão Hans Jonas (1903-1993), de origem judaica, esteve no epicentro de vários acontecimentos que marcaram profundamente a história do século XX na Europa. Duas guerras mundiais e seus desdobramentos catastróficos no atentado à vida de inocentes; a aceleração da indústria armamentista, e consequentemente a produção de armas nucleares com potencial de destruição em massa; o desenvolvimento do capitalismo, e ao mesmo tempo suas sucessivas crises; a indústria do consumo e do descarte, que ameaça a existência de recursos naturais finitos e também acumula desperdício em algumas regiões, enquanto em outras dissemina a miséria e a fome, entre outros. Ou seja, inúmeros fatos e artefatos sem precedentes na história da humanidade constituem alguns dos profundos dramas deste século que mudou radicalmente os rumos de nossa civilização e trouxe novos elementos que permitiram uma nova reflexão sobre os problemas éticos.

A crítica jonasiana à insuficiência dos modelos éticos precedentes evidencia a afirmação de Vazquez (2013) na introdução deste artigo: “A ética depara com uma experiência histórico-social [...]. Ela é a teoria ou ciência do comportamento dos homens em sociedade”. De acordo com as fronteiras dessa experiência é que se circunscricionam os limites da reflexão sobre os fundamentos do agir humano em prol do bem comum. Assim, resta ao filósofo a tarefa de discernir e atualizar este conceito de “bem comum”, e ao educador a tarefa de investigar sobre os meios de comunicar esse discernimento, traduzi-lo numa determinada prática e torna-lo vivencial, a fim de ampliar os horizontes da humanidade do ser humano, ou, como diria Paulo Freire, do “ser mais” humano.

Ao observar de perto as grandes transformações que ocorreram durante o século XX, Hans Jonas percebe a profundidade do impacto causado pela revolução tecnológica

na transformação da própria natureza humana e conclui que a peculiaridade e a amplitude dessa mudança têm sérias consequências para o pensamento ético:

E, já que a ética tem a ver com o agir, a consequência lógica disso é que a natureza modificada do agir humano também impõe uma modificação na ética [...], pois a natureza qualitativamente nova de muitas de nossas ações descortinou uma dimensão inteiramente nova do significado ético, não prevista nas perspectivas e nos cânones da ética tradicional. As novas faculdades que tenho em mente são, evidentemente, as da técnica moderna. Portanto, minha primeira questão é a respeito do modo como essa técnica afeta a natureza do nosso agir, até que ponto ela torna o agir sob seu domínio algo do que existiu ao longo dos tempos (JONAS, 2006, p. 29).

O ponto de partida jonasiano para refletir sobre as características que distinguem a formulação de um pensamento ético para a “civilização tecnológica” em comparação com toda a história precedente é o fato de que a extensão da técnica moderna sobre a própria natureza do agir humano se torna infinitamente maior do que em qualquer época. Isso significa que o “homo faber”, ou seja, a dimensão humana inventiva e criativa que se caracteriza pela capacidade de produzir artefatos, transformar a natureza, fabricar o meio artificial (tecnicamente), se sobrepõe ao “homo sapiens” (Idem, p. 43), cuja principal finalidade estaria na capacidade racional e reflexiva de sua própria condição, do pensamento que busca a fundamentação do ser (ontologicidade).

Em outros termos, Hans Jonas chama a atenção para o fato de que o resultado da ação humana interventiva sobre o mundo, a esfera da técnica, se ampliou e influenciou consideravelmente a liberdade humana conjugada à sua capacidade de decisão sobre o seu próprio destino. Desse modo, deve-se admitir que há uma substancial diferença entre a técnica pré-moderna e a técnica moderna. A primeira, pelo seu caráter isolado (local), lento e não intencional, não se caracterizou sobre a noção de um “progresso continuado”, de impacto contingencial e específico. Já a segunda, se dá em escala global, sem definição de fronteiras específicas (em todas as dimensões possíveis), um “impulso incerto alheio à vontade humana”, (OLIVEIRA, 2014, p. 95), uma finalidade em-si, não a serviço da humanidade.

Isto significa que as dimensões, as extensões, os alcances e também as consequências da técnica moderna reconfiguram a natureza da ação humana e colocam em questão um novo problema. O poder da técnica demonstrou proporções extremamente imponentes que podem significar uma potencial ameaça à continuidade da existência de vida na terra, e por isso merece uma atenção especial do pensamento filosófico contemporâneo, principalmente no que se refere à ética.

Frente a este novo cenário, Jonas retoma a reflexão sobre o imperativo ético kantiano, e expõe os limites antropocêntricos de sua visão iluminista, restrita à universalização dos critérios racionais do agir moral circunstanciados no presente:

O imperativo categórico de Kant dizia: “Aja de modo que tu também possas querer que tua máxima se torne lei geral.” Aqui, o “que tu possas” invocado é aquele da razão e de sua concordância consigo mesma: a partir da suposição de uma sociedade de atores humanos (seres racionais em ação), a ação deve existir de modo que possa ser concebida, sem contradição, como exercício geral da comunidade [...]. Mas não existe nenhuma contradição em si na ideia de que a felicidade das gerações presentes e seguintes possa ser paga com a infelicidade ou mesmo com a não existência de gerações pósteras (JONAS, 2006, p. 47).

A lógica do argumento kantiano sobre a fundamentação racional da moral e sua pretensão de universalidade não estaria comprometida se encarada no horizonte dos problemas do agir humano até a sua época. Entretanto, o novo elemento histórico que revelou o potencial destruidor da técnica moderna na contemporaneidade, permite a Jonas identificar no argumento kantiano a ausência de um compromisso efetivo com a existência das gerações futuras. A “generalização” de um princípio para que se torne lei vale para toda a comunidade dos existentes no presente, mas desconsidera e ao mesmo tempo compromete a existência daqueles que ainda virão.

Portanto, a crítica jonasiana destaca a insuficiência do imperativo categórico kantiano (e de toda a ética tradicional<sup>1</sup>, seja de caráter teocêntrico ou antropocêntrico) diante dos problemas de nosso tempo que em grande parte estão relacionados à supremacia do avanço da técnica: explosões nucleares, efeitos massivos da radiação, poluição e aceleração do efeito estufa com aumento da temperatura global (ocasionando secas em algumas regiões e enchentes noutras), derretimento das calotas polares e aumento do nível dos oceanos, desmatamentos, monoculturas e contaminação da natureza com agrotóxicos, etc. Ou seja, inúmeros são os fatos que se acumulam e se intensificam na medida em que o progresso da técnica proclama sua marcha triunfal. O que está em jogo agora é o poder de autodestruição da humanidade e de toda forma de vida no planeta associado à um enorme sentimento de impotência, pois o conjunto das inovações tecnológicas parecem uma totalidade independente do querer e do fazer humanos (OLIVEIRA, 2010, p. 40-41).

---

<sup>1</sup> “A significação ética dizia respeito ao relacionamento direto de homem com homem, inclusive o de cada homem consigo mesmo, toda ética tradicional é antropocêntrica” (Cf. JONAS, 2006, p. 35).

Assim, Jonas assume em sua reflexão a necessidade de incluir na esfera do pensamento ético o compromisso com a salvaguarda de possibilidade de vida sobre a terra a fim de garantir e assegurar as condições de existência para as próximas gerações. Isso exige a superação do imediatismo egoísta de uma reciprocidade voltada para a alteridade presente por uma responsabilidade altruísta com nossos descendentes ainda não existentes, portanto, uma responsabilidade voltada para o futuro:

Um imperativo adequado ao novo tipo de agir humano e voltado para o novo tipo de sujeito atuante deveria ser mais ou menos assim: “Aja de modo que os efeitos da tua ação sejam compatíveis com a permanência de uma autêntica vida humana sobre a Terra”; ou, expresso negativamente: “Aja de modo a que os efeitos da tua ação não sejam destrutivos para a possibilidade futura de uma tal vida”; ou, simplesmente: “Não ponha em perigo as condições necessárias para a conservação indefinida da humanidade sobre a Terra”; ou, em uso novamente positivo: “Inclua na tua escolha presente a futura integridade do homem como um dos objetos do teu querer” (JONAS, 2006, 47-48).

Jonas é muito cuidadoso para reinterpretar, ou adequar o imperativo kantiano diante dos riscos da civilização tecnológica. Para tornar inteligível esse novo imperativo, desdobra seu argumento em quatro máximas, dentre as quais, ao nosso ver, duas estão imbuídas da noção de positividade, e duas da noção de negatividade. *Positivamente*, (a primeira e a última), o filósofo incentiva e admoesta (aconselha) sobre a necessidade de práticas conscientes e que contribuam com a permanência da vida autêntica sobre o planeta, mas também exige que o exercício de nossa liberdade e do nosso querer (inclua na tua escolha presente) tenha como objeto um conteúdo que ainda não existe, a integridade do homem futuro, o qual não poderá nos dar nada em troca. Já, *negativamente*, condena a permissividade irresponsável das ações imediatistas que ignoram a iminência do perigo e do colapso previsível. Ou melhor, já não é mais possível rifar o futuro, nem pôr em perigo uma “conservação indefinida da vida”. O acaso não pode ser a resposta ao comodismo, pois as previsões alarmantes do atual estágio de nossa civilização não dão espaço para a sorte, por isso a necessidade de cautela e cuidado é uma constatação urgente, da qual não se pode mais esquivar.

Essa dupla noção (positiva e negativa) que identificamos no desdobramento das máximas da ética da responsabilidade jonasiana também está presente no conceito de heurística do temor<sup>2</sup> que o autor utiliza para designar a prevalência do prognóstico

---

<sup>2</sup> Utilizamos a expressão Heurística do temor nesse texto contrariando a tradução do termo que foi utilizada na obra consultada, a qual o tradutor preferiu heurística do medo. Nossa posição se fundamenta

negativo sobre o positivo em relação ao que nos espera no futuro. Compreende-se essa responsabilidade também como a tentativa de se buscar os fundamentos para uma atualização da virtude da prudência, do cuidado e da responsabilidade para nossos tempos.

Por isso, nesse momento, procuraremos compreender melhor o significado desta heurística do temor para fazer uma aproximação, para captar seus princípios, afim de problematizar a contribuição e a tradução de alguns elementos centrais do pensamento ético de Hans Jonas para a tematização dos fundamentos axiológicos da educação nos dias atuais.

## **2. A heurística do Temor.**

Como foi afirmado anteriormente, Hans Jonas identifica na técnica moderna uma grande ameaça à vida no planeta. Não se trata de um pessimismo com o progresso, ao ponto de demonizar o avanço tecnológico com a pretensão de regredir historicamente à era pré-moderna, mas sim em reconhecer que a ação humana é marcada por uma certa ambiguidade, a qual, associada à magnitude interventiva desta técnica (OLIVEIRA, 2014, p. 128), revelará, mais cedo ou mais tarde, a face tenebrosa desta condição. Por isso, a vulnerabilidade deixa de ser apenas uma hipótese quimérica, mas se configura como uma possibilidade real passível de ser conhecida.

O conhecimento dessa “previsão”, de acordo com Jonas, é denominado de futurologia comparativa, ou ciência da previsão hipotética. Ela serve para diagnosticar o que se deve esperar, o que se deve incentivar e o que se deve evitar (JONAS, 2006, p. 70). Portanto é uma ética a ser fundamentada a médio e longo prazo. Porém, ainda resta a questão sobre como seria possível mensurar o conteúdo histórico do futuro? Assim Jonas esclarece esta dúvida:

Precisamos da ameaça à imagem humana – e de tipos de ameaça bem determinados – para, com o pavor gerado, afirmarmos uma imagem humana autêntica. Enquanto o perigo for desconhecido não se saberá o que há para se proteger e por que devemos fazê-lo, por isso, contrariando toda lógica e método, o saber se origina daquilo contra o que devemos nos proteger [...]. O que nós não queremos, sabemos muito antes do que aquilo que queremos. Por isso, para investigar o que realmente valorizamos, a filosofia da moral tem de consultar o nosso medo antes do nosso desejo (idem, p. 70-71).

---

a partir da interpretação de Jelson Oliveira, a qual explicitaremos no decorrer do texto (Cf. OLIVEIRA, Jelson. **Compreender Hans Jonas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.)

Ao assumir a ambiguidade da ação humana, que implica na ambiguidade e contradição dos nossos próprios desejos, associada ao potencial destruidor da técnica, se deduz logicamente que o perigo é uma possibilidade mais que provável, mas também previsível. Ora, isso implica em admitir que entre um bem indefinido do “tudo” (uma vida feliz no futuro) e o risco aterrorizante do “nada” (a aniquilação da vida), a segunda opção se destaca e tem primazia, pois deve ser evitada a qualquer custo para que continue havendo condição de possibilidade da primeira. De acordo com Jonas, o mal prognóstico tem a primazia sobre o bom e, na medida em que é esboçado, compreendido e aceito pela geração presente, deve incidir sobre suas tomadas de decisões em vista do compromisso com as futuras gerações. Por isso, assume o pressuposto de que a consulta àquilo que se teme deve anteceder à vontade de consumação dos desejos. O “querer” é cambaleante, vulnerável, oscila entre as possibilidades e variedades de boas opções disponíveis; já o “não-querer” é mais objetivo, definido, delinea automaticamente a esfera preventiva do saber prático sobre o que deve ser evitado.

Por essa razão, Hans Jonas cunha a expressão “heurística do temor”<sup>3</sup> (Idem) a fim de dar sentido ao argumento central de sua ética da responsabilidade para conter os efeitos da civilização tecnológica. A *heurística do temor* é uma noção emblemática que precisa ser bem compreendida para expressar o sentido pedagógico da prudência nas relações entre esta ética da responsabilidade e a educação. Como já foi explicitado, o temor – ao contrário do medo que caracteriza a paralização e a imobilidade –, representa um sentimento de impacto, espanto, perplexidade, sentido que subjaz nas expressões utilizadas por Aristóteles para designar aquilo que deu origem ao pensamento filosófico<sup>4</sup>. A função deste temor seria despertar a perplexidade cognitiva e prática

---

<sup>3</sup> Sobre melhor hermenêutica do “Heuristik der Furcht”, utilizado por Hans Jonas em sua obra **O princípio Responsabilidade (2006)**, os filósofos Jelson Oliveira e Anor Zganserla comentam respectivamente: “Preferimos aqui a tradução do conceito Heuristic der Furcht, por heurística do temor, diferentemente do que propuseram Marjiane Lisboa e Luz Barros Montes na tradução para o português de O princípio Responsabilidade (2006). A nosso ver, a palavra medo tem uma posição negativa, por transmitir a ideia não de um sentimento passivo, mas de um receio fundado, de um medo acompanhado pela força de respeito frente à força do mal iminente, de escrúpulo e zelo que promovem a precaução” (CF. OLIVEIRA, 2014, p. 124); “Mesmo que a palavra Angst (alemão) e fear (inglês) “permitam” a tradução por medo ou temor, nessa pesquisa assumimos a posição que parece ser mais coerente da apropriada para a heurística jonasiana, por isso da opção pela utilização do termo temor, por considerar que a palavra medo não carrega em si uma qualidade heurística (Cf. SGANZERLA, 2012, p. 223).

<sup>4</sup> “É por força de seu maravilhamento que os seres humanos começam agora a filosofar e, originalmente começaram a filosofar; maravilhando-se primeiramente ante perplexidades óbvias e, em seguida, por um progresso gradual, levantando questões também acerca das grandes matérias, por exemplo, a respeito das mutações da lua e do sol, a respeito dos astros e a respeito da origem do universo. Ora, aquele que se maravilha e está perplexo sente que é ignorante [...]; portanto, se foi para escapar à ignorância que se



(moral) frente às intempéries futuras de modo que se possa esboçar no presente um quadro de moderação coletiva para prevenir com responsabilidade o mal que se quer evitar e, ao mesmo tempo, garantir a possibilidade da permanência da vida, como destaca Sganzerla:

Trata-se de uma forma de prudência no agir despertado pela preferência do mal prognóstico, de modo que se possa antecipar ou mesmo impedir a ação e a necessidade da reparação do dano, isto é, diante de prognósticos incertos e da ameaça da continuidade da vida autêntica no futuro, a cautela, a prevenção, e a prudência assumem o papel de guia das ações humanas (ZGANSERLA, 2012, p. 222).

Ou como Jonas declara no fim da obra *O Princípio Responsabilidade*: “o medo que faz parte da responsabilidade não é aquele que nos aconselha a não agir, mas aquele que nos convida a agir (JONAS, 2006, p. 351).

Por sua vez, a palavra heurística, vem do grego eurisko, que significa descoberta, achado, pesquisa ou arte de pesquisar (ABBAGNANO, 2007, p. 499), daí a expressão “eureka”, que a tradição filosófica atribui ao sábio grego Arquimedes, quando este, ao banhar-se numa banheira percebeu o deslocamento da água e presumiu que este ato representava o mesmo volume ocupado pelo seu corpo. Neste sentido, o termo “heurística” está imbuído do sentido de uma descoberta súbita, uma intuição imediata, um conhecimento que desperta de um interesse espontâneo e curioso de quem está constantemente interessado em desvendar aquilo que o cerca e aprender com e a partir da obviedade. Com a heurística, deixa-se de ter uma posição passiva diante do óbvio, mas assume-se o risco como condição de aprendizado. De acordo com Oliveira:

A ameaça, portanto, ganha um caráter heurístico, pois o saber sobre o risco geraria, segundo Jonas, pelo caráter do “conhecimento do malum” (PR, p. 71) como uma potencialidade e uma possibilidade, a alteração das atitudes e comportamentos no presente. Trata-se de uma probabilística negativa que faz derivar o princípio ou inventa (eurisko) a partir do que deve ser evitado, preferindo a consulta aos temores humanos mais do que aos desejos, aspirações e esperanças (2014, p. 130).

Isso permite admitir que o conhecimento do *malum* (de um mal prognóstico sobre o futuro) deve prevalecer sobre as conjecturas sobre o *bonum* (as esperanças de um mundo melhor no devir histórico). Essa prevalência se ancora numa dedução hipotética presumível e tem o papel de estimular a inspiração, a comoção e o esclarecimento da reflexão e do agir humano na perspectiva da prevenção cuidadosa

---

estudou filosofia, é evidente que se buscou a ciência por amor ao conhecimento” (Cf. ARISTÓTELES, 2012, p. 46).

universal, de uma cautela partilhada coletivamente, cujo único propósito é a preservação da vida. Sobre esse aspecto Jonas continua a elucidação:

Esse é o caso da “ética do futuro” que estamos buscando: o que deve ser temido ainda não foi experimentado e talvez não possua analogias na experiência do passado e do presente. Portanto, o malum imaginado deve assumir aqui o papel do malum experimentado. Como essa representação não acontece automaticamente, ela deve ser produzida intencionalmente: portanto, obter uma projeção desse futuro torna-se um primeiro dever, por assim dizer introdutório, da ética que buscamos (JONAS, 2006, p. 72).

Esta reflexão aponta para uma questão muito séria quando se trata de justificar a arquitetura das bases viáveis desta ética do futuro. Como é possível temer algo que não foi ou ainda não é palpável, ou que sequer tenha passado pelo crivo da experiência humana? Como encontrar fatos análogos em nossa recente historiografia para justificar a radicalidade dessa tomada de posição? Jonas responde a essas perguntas ponderando com os argumentos apresentados: este mal imaginado deve ser assumido como se fosse experimentado por antecipação. Isso implica que haja uma “produção” intencional em forma de representação, projeção, tarefa essa inicial em toda ética da responsabilidade. Nesse sentido, o “temor tem caráter pedagógico, enquanto o medo é paralisante. O temor mobiliza, enquanto o medo imobiliza” (SGANZERLA, 2012, p.224).

O argumento decisivo para refrear os rumos destruidores do planeta é a prospecção drástica deste cenário. A heurística do medo pautada pelo reconhecimento de uma catástrofe que ainda não se consumou, mas que se anuncia em vias de fato, pode ser um recurso cognitivo impactante para despertar a consciência dos indivíduos para que reavaliem os fins de sua conduta.

Com isso damos continuidade à nossa reflexão, a fim de que possamos articular essa dupla noção (positiva e negativa) que acabamos de explicitar sobre a heurística do temor em Hans Jonas em consonância com o desdobramento das suas máximas para a formulação de proposições reflexivas com base nos imperativos da ética da responsabilidade e suas possíveis interlocuções com o campo educacional.

### **3. Educação e heurística do temor: proposições reflexivas para uma ação educativa ética e responsável com as futuras gerações.**

A reciprocidade entre educação e ética se funda na efetivação do inacabamento humano. Um inacabamento consciente, em processo de projeção constante de suas

potencialidades conforme as possibilidades históricas, mas também efetivação contingencial de si no mundo que também não está acabado. Ora, se o mundo está em processo de construção, a história também se faz continuamente, o que implica em decisões a serem tomadas, rupturas a serem feitas, posições a serem assumidas e visões a serem projetadas. Como diz Paulo Freire, ao se referir à simbiose entre ética e educação, “nenhuma teoria da transformação político-social do mundo me comove, se quer, se não se parte de uma compreensão do homem e da mulher enquanto seres fazedores da história e por ela feitos, seres de decisão, de ruptura, da opção” (FREIRE, 2006, 48). Ou seja, o futuro não depende de uma entidade supranatural, ou das forças do acaso, o futuro será resultado das opções e escolhas que os seres humanos realizarem na atualidade.

E é por isso que afirmamos haver fecundidade de sentido entre a proposta jonasiana de uma ética do futuro e a educação diante dos problemas fundamentais do nosso tempo. De acordo com Jonas, o atual estágio de nossa civilização tecnológica nos impõe um paradoxo sem precedentes na história, o qual exige uma ruptura radical com um determinado modelo de desenvolvimento, que por sua vez implica em tomadas de decisões sobre o que deve ser evitado, mas também opções que se configurem em atitudes responsáveis e coerentes com a preservação da natureza, bem como das condições de possibilidade para a continuidade da existência humana nesta terra.

Numa das poucas passagens que Hans Jonas comenta sobre a questão da educação em sua obra “O Princípio Responsabilidade” (2006, p.180) ele o faz para circunstanciar o que há de comum e unificador entre dois polos identificados como modelos da responsabilidade humana: a *responsabilidade parental* e a *responsabilidade política*. A primeira se refere ao arquétipo do cuidado não recíproco dos pais que assumem uma relação imediata, singular e natural no que se refere à responsabilidade com os filhos: “seu objeto é a criança como um todo e todas as suas possibilidades [...] acrescenta-se tudo que entendemos por ‘educação’: habilidades, comportamentos, relações, caráter, conhecimento, os quais devem ser supervisionados durante o desenvolvimento da criança”. A segunda trata do cuidado assumido em nome de uma coletividade, da “res pública”, o que implica numa disposição voluntária do indivíduo que se dispõe a representar interesses mais gerais, mediatos (precisam de mediação institucional, de interesses plurais, jurídica, legal, etc), e, por isso, também adquire o poder para influenciar a concepção e preservação dos deveres públicos. Assim comenta Jonas:

Contudo, essas duas responsabilidades tão divergentes, uma representando a maior das singularidades e a outra a mais ampla generalidade, interpenetram-se de forma notável. Primeiro, quanto ao objeto: a educação da criança inclui a introdução no mundo dos homens, começando com a linguagem e seguindo com a transmissão de todo o código de crenças e normas sociais, cuja apropriação permite que o indivíduo se torne da sociedade mais ampla. O privado se abre para o público e incorpora-o como parte integral do Ser da pessoa. Em outras palavras, o “cidadão” é um objetivo imanente da educação, e assim parte da responsabilidade dos pais, não só por causa da imposição do Estado. Por outro lado, assim como os pais educam os filhos “para o Estado” (e para muitas outras coisas), o estado assume para si a educação das crianças [...]. Ou seja, o Estado não quer apenas receber os cidadãos já formados, quer participar da sua formação (Idem, p. 80).

De acordo com essa polarização arquetípica sobre os agentes da responsabilidade no âmbito privado e público, os pais e os políticos ou pessoas públicas, ganham certa centralidade no que se refere ao cumprimento desta ética do futuro. Isso implica que se reconheça o educador e a ação educativa como parte integrante de um compromisso público e dever do Estado no ato de educar a população. Daí que a educação seja também uma ação política e crítica, cujo principal valor reside na formação humana para além da adaptação ao status quo, assim como de concepções que defendem uma suposta neutralidade no processo educativo. A compreensão de uma educação voltada para a ampliação da ética da responsabilidade na esfera pública deve estar de acordo com a própria abrangência da noção de política pública, como diz Jonas: “importa aqui o ator coletivo e o ato coletivo [...]. Nunca antes a política pública teve de lidar com questões de tal abrangência e que demandassem projeções temporais tão longas. De fato, a natureza modificada do agir humano altera a natureza fundamental da política” (Idem, p. 44).

Assim concebida, a educação, de acordo com os pressupostos da ética da responsabilidade, tem a finalidade de desmascarar toda e qualquer forma de ideologia que propague e cultive a competitividade, a meritocracia e a reciprocidade monetária, cujos princípios estão de acordo com interesses egoístas, privados, predatórios e imediatistas. Tudo isso impede a assunção de uma visão coletiva da responsabilidade a médio e longo prazo, baseada na solidariedade, no cuidado com a natureza e na reciprocidade com a vida em geral, acima de tudo. A respeito dessas possíveis relações entre a ética jonasiana e a educação, comenta o filósofo Lourenço Zancanaro:

No campo da educação, a teoria da responsabilidade ajudará a levantar questões que poderão contribuir para a filosofia da educação. Não obstante, não poderá referir-se à escola como única responsável pelo sucesso ou pelo fracasso da vida em sociedade. A educação perfaz a totalidade das ações, desde aquelas veiculadas pelos meios de comunicação, das ações públicas dos legisladores, do respeito intersubjetivo dentro do espaço público e da responsabilidade paterna como arquétipo de toda responsabilidade. Posto que a tarefa da educação no seu sentido amplo é dar uma formação global de conhecimentos que auxiliem a gestão da vida no mundo, a ética da responsabilidade poderá ser um bom instrumento na valorização da vida, do meio ambiente e de tudo que deve existir (ZANCANARO, 2011, p. 1).

Ou seja, é preciso que se conceba a sociedade como uma comunidade educativa e se construa um espaço público em que a escola se apresente como dinamizadora da responsabilidade nos mais variados campos de atuação: na ciência, na tecnologia, nos esportes, nas artes, nas relações de produção, ou nas relações de lazer, entre os quais os egressos estarão presentes, contando que a grande totalidade desses egressos também serão pais e/ou futuros agentes/políticos – homens públicos.

O potencial crítico da ética da responsabilidade diante da insuficiência dos referenciais tradicionais abre espaço para que o campo educacional acolha seu método conjectural e problematize elementos que possam contribuir para a reprodução imagética do *temor*, ao passo que possa explorar as dimensões *heurísticas* do mesmo, instigando a racionalidade intuitiva a compreender e buscar alternativas disponíveis no presente, mas também de criar novas formas de apontar saídas aos impasses futuros. Como aquilo que foi afirmado anteriormente, esta imagem “deve ser produzida intencionalmente: portanto, obter uma projeção desse futuro torna-se um primeiro dever, por assim dizer introdutório, da ética que buscamos” (JONAS, 2006, p.72)

A tarefa da educação para uma ética da responsabilidade, neste quesito introdutório de projeção, precisa considerar e tematizar os elementos que denunciam os perigos de nossa época numa perspectiva de impacto planetário. Esse exercício pode partir do pressuposto de que há uma relação entre local e global, a fim de que haja um alargamento da compreensão desta vida coletiva, bem como de sua compreensão para além do contingencial presente.

Do ponto de vista do temor, não podem deixar de ficar desapercibidos temas globais como o aumento crescente da poluição ambiental nas grandes economias consumistas; a consideração dos cientistas sobre a elevação da temperatura mundial nesse próximo século, o que implica no derretimento das calotas polares; o aumento de água dos oceanos; o alagamento das populações costeiras; o impacto climático sobre a produção de alimentos; o processo de desertificação de regiões produtivas; a

possibilidade de escassez de água potável; a exploração predatória dos recursos energéticos naturais finitos (metais, madeiras nativas, petróleo), o desenvolvimento de armas de extermínio em massa; testes com bombas nucleares, etc. Os sinais presentes nos eventos que vem acontecendo nas últimas décadas, apontam seriamente para as consequências catastróficas de proporções universais, incontroláveis e irreversíveis. E, por isso, a projeção imagética em escala crescente deste volume é um dever da ação educativa comprometida com a ética da responsabilidade.

Do ponto de vista heurístico, que se arvora em espanto inventivo, em criatividade intuitiva e descoberta inovadora, que é capaz de buscar alternativas originais e responsáveis diante dos problemas de nosso tempo, não podem ser deixados de lembrar temas como: a economia solidária, o consumo consciente; a agroecologia como ciência do cuidado com a natureza, que busca a diversificação da produção de acordo com as características e biomas regionais; as pesquisas e desenvolvimento de tecnologias que promovem a utilização de fontes renováveis de energia (eólica, biodiesel); o transporte público de qualidade como alternativa à concentração de automóveis nas metrópoles; a construção e utilização de ciclovias; a coleta seletiva de materiais recicláveis e transformação de resíduos orgânicos para racionalização de aterros sanitários a redução do impacto da emissão de resíduos sólidos que poluem lençóis freáticos, nascentes e rios; etc. Ou seja, inúmeras são as opções de caráter inventivo que acenam para a responsabilidade e o cuidado público com a natureza no intuito de assegurar as condições de vida com as futuras gerações. Soluções criativas tanto no plano tecnológico, quanto no plano político e societário não faltam para inspirar novos comportamentos. O que faltam ainda são decisões a serem tomadas, e que impliquem em rupturas abruptas a serem assumidas coletivamente. A ação educativa, ao considerar esses fenômenos, não pode avaliá-los meramente do ponto de vista descritivo, analítico e isolado. Todos estão interconectados e exigem uma abordagem interdisciplinar, crítica, qualificada, criteriosa e corajosa.

E é justamente nesse ponto que se inscreve o papel da educação para essa ética da responsabilidade com futuro. A educação pode assumir essa tarefa de produção intencional da representação desta imagem do temor que ainda não foi experimentado, de modo que a mesma traduza em aspectos pedagógicos seus reais propósitos para problematizar conjunturas, fomentar decisões e rupturas, e também estimular que a consciência da responsabilidade seja partilhada socialmente. Essa representação pode partir de exemplos de fatos e eventos acontecidos que prefiguram a prospecção deste

*malum* em escala global, mas também de iniciativas, atitudes e compromissos que sinalizam os princípios heurísticos do cuidado e da prevenção com o futuro do planeta.

Assim, a filosofia da educação, ao mesmo tempo em que exerce a tarefa de promover as conjecturas desta imagem do temor, também se preocupa em investigar sobre as saídas apontadas no presente, as quais revelam essa preocupação com a prudência e zelo com o futuro das próximas gerações.

### Referências

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ARISTÓTELES. **Metafísica**. 2ª ed. Trad. Edson Bini. São Paulo: EDIPRO, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: UNESP, 2000.

HOEPERS, Ricardo. **O princípio da responsabilidade de Hans Jonas e o imperativo de uma ética para a educação** (Dissertação de mestrado). Curitiba: PUCPR, 2005.

JONAS, Hans. **O Princípio Responsabilidade**: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica. Contraponto, 2006.

OLIVEIRA, Jelson. **Compreender Hans Jonas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

OLIVEIRA, Manfredo A. (org.). **Correntes Fundamentais da Ética Contemporânea**. 5ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

\_\_\_\_\_. **Ética, Direito e Democracia**. São Paulo: Paulus, 2010.

SGANZERLA, Anor. **Natureza e Responsabilidade: Hans Jonas e a Biologização do ser moral** (Tese de Doutorado). São Carlos: UFSCar, 2012.

VÁZQUEZ, Adolfo Sanchez. **Ética**. Trad. João Dell'Anna. – 35ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

ZANCANARO, Lourenço. Por uma ética do cuidado e da responsabilidade. In: **Revista do IHU online**, agosto de 2011. Disponível em: <[http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=4032&secao=371](http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4032&secao=371)>. Acesso em 21 de julho de 2015.